

Relatório de Execução Orçamental

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

3º trimestre 2017


20
10/3

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados

2. Indicadores Económico-Financeiros

3. Indicadores Comerciais

4. Investimentos



I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3.º Trimestre 2017

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Venda de subproduto	mEur	-	-	28		28	-	0 ▲
Prestação de Serviços: Saneamento	mEur	-	-	58 888		58 888	-	79 377 ▼
Rend. Construção (IFRIC 12)	mEur	-	-	5 928		5 928	-	0 ▲
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-	-	-6 794		-6 794	-	4 677 ▼
Volume de Negócios	mEur	-	-	58 049		58 049	-	84 054 #
Custo das vendas/variação inventários	mEur	-	-	7 835		7 835	-	3 971 ▲
Margem Bruta	mEur	-	-	50 214		50 214	-	80 083 #
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-	-	19 582		19 582	-	34 707 ▼
Gastos com pessoal	mEur	-	-	8 000		8 000	-	9 941 ▼
Amortizações	mEur	-	-	15 036		15 036	-	19 324 ▼
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	-	-	4		4	-	0 ▲
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	-	-	423		423	-	688 ▼
Subsídios ao Investimento	mEur	-	-	6 869		6 869	-	4 082 ▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	-	-	74		74	-	0 ▲
Resultados Operacionais	mEur	-	-	14 120		14 120	-	19 506 ▼
Gastos Financeiros	mEur	-	-	7 603		7 603	-	8 871 ▼
Rendimentos Financeiros	mEur	-	-	907		907	-	989 ▼
Resultados Financeiros	mEur	-	-	-6 696		-6 696	-	-7 882 ▲
Resultados Antes de imposto	mEur	-	-	7 424		7 424	-	11 623 ▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	-	-	2 007		2 007	-	2 915 ▼
Resultado Líquido do Exercício	mEur	-	-	5 417		5 417	-	8 709 ▼

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ¹	mEur	-	-	20 914		20 914	-	14 828
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ¹	mEur	-	-	29 077		29 077	-	30 071
Margem EBITDA (ajustado) ¹	%	-	-	49%		49%	-	38%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ¹	%	-	-	155%		155%	-	228%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

INTRODUÇÃO

- Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, em que foi constituída a sociedade Águas do Tejo Atlântico, por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, foi estabelecido que a data de efeitos contabilísticos e fiscais retroage a 1 de janeiro de 2017.

- As operações efetuadas pela Vale do Tejo, com referência à exploração e gestão do sistema entre 1 de janeiro de 2017 e a data de entrada em vigor do referido diploma legal, acrescido do período de transição operacional previsto no artigo 61º, determinaram que a Tejo Atlântico iniciasse a atividade de forma autónoma a 1 de julho de 2017. Em tais termos, o apuramento contabilístico dos períodos reflete a situação descrita, tendo-se no trimestre em apreço, o registo das operações regulares dos meses de julho, agosto e setembro, acrescido do reconhecimento dos valores incorridos no 1º semestre de 2017, que se encontram em apreciação para validação final.

- O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2017 considerado para esta análise de controlo orçamental, não foi ainda aprovado pela tutela.

- Os valores do PAO apresentados reportam-se à situação prevista no final do ano de 2017.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3.º Trimestre 2017

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

5,4 M€

O Resultado Líquido no final de setembro ascende a 5,4 milhões de euros, o que corresponde à remuneração acionista garantida do capital investido, apurada com base na média diária da taxa de Obrigações do Tesouro (OT) a 10 anos (3,38%), taxa de referência para a remuneração acionista, acrescida de três pontos percentuais.

O Resultado sem o efeito do desvio de recuperação de gastos, que a setembro regista um superavit de 6,8 milhões de euros, foi de 10,4 milhões de euros.

Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)		2017
Resultado Líquido sem desvio (RL)	mEur	10 444,9
Remuneração Acionista (RA)	mEur	5 417,4
Desvio de Recuperação de Gastos Líquido	DRGI = (RA) - (RL)	-5 027,5
Taxa de imposto	Taxa	26,00%
Desvio de Recuperação de Gastos Bruto	DRGb= DRGI/(1-tx)	-6 793,9

- Em termos comparativos com o PAO, temos que o valor da remuneração acionista foi apurado com base numa taxa de OT de 4,1%, superior em 0,72 p.p. à taxa atual, e no pressuposto de composição do Capital a remunerar distinto do que veio a ser determinado na abertura da Tejo Atlântico.

- O Desvio de recuperação de gastos (bruto) constitui um superavit de 6,8 milhões de euros, resultante da menor remuneração acionista e da redução dos gastos operacionais, nomeadamente os FSE, face aos valores orçamentados.

VOLUME DE NEGÓCIOS

58,0 M€

Prestação de serviços e vendas	61,0 M€
Prestação de serviços - correções contratuais períodos anteriores	(2,1) M€
Rendimentos da Construção (IFRIC 12)	5,9 M€
Desvio de Recuperação de Gastos	(6,8) M€

- O Volume de Negócios totalizou 58 milhões de euros, que incluem 61 milhões de euros de prestação de serviços, cerca de 6 milhões de euros de rendimentos da construção provenientes do custo das vendas, e um desvio de recuperação de gastos superavitário de 6,8 milhões de euros.

O crédito de 2,1 milhões de euros, é relativo à correção de valores mínimos que haviam sido faturados aos municípios da Azambuja, Nazaré, Peniche e Lourinhã entre janeiro 2011 e junho de 2015.

A variação do Volume de Negócios face aos valores orçamentados resulta essencialmente do efeito da contabilização dos serviços de construção, não considerado em orçamento.

GASTOS OPERACIONAIS

50,9 M€

- Os Gastos Operacionais sem o efeito da IFRIC 12, ascendem a 44,9 milhões de euros, donde resulta para o proporcional do orçamento a setembro (51,5 Meur) um desvio favorável de 13%.

- O custo das vendas (CMVMC) ascende a 1,9 milhões de euros, sem o efeito da IFRIC 12. O valor do 1º semestre ascendeu a 0,8 milhões de euros. Comparativamente ao orçamento, temos neste trimestre uma média mensal (0,35MEur), que está conforme com a média mensal orçamental (0,33 MEur), ainda que a setembro estejamos com uma realização de cerca de menos 1 milhão de euros.

- Os Fornecimentos e Serviços Externos têm uma realização de 19,6 milhões de euros, cifrando-se em cerca de 25% abaixo do valor do proporcional do orçamento a setembro.

- Os Gastos com Pessoal ascendem a 8 milhões de euros em setembro e representam 80% do valor orçamentado. No entanto, considerando a comparação com a capitalização orçamentada de 0,7 milhões de euros, estes gastos representam 74%, o que se pode considerar consentâneo com a evolução esperado do gasto até final do ano.

- As amortizações são de 15,0 milhões de euros, situando a 77% do valor orçamentado para o ano. Considerando a diferença de valor de ativo bruto para o previsto, este gasto não apresenta desvio significativo no trimestre.

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO

6,9 M€

- O subsídio ao investimento reconhecido até setembro, no valor de 6,9 milhões de euros, apresenta uma variação significativa (a setembro tem mais 2,8 milhões de euros), para o valor previsto em orçamento. O reconhecimento mensal na Tejo Atlântico cifra-se em cerca de 0,61 milhões de euros, enquanto em orçamento o valor é de 0,34 milhões de euros. Esta situação está em análise no âmbito da validação dos valores migrados do 1º semestre.

RESULTADO FINANCEIRO

(6,7) M€

- O resultado financeiro em setembro é negativo em 6,7 milhões de euros. Para a sua formação contribuem 0,9 milhões de euros de ganhos financeiros e 7,6 milhões de gastos, na sua maioria decorrentes de juros de empréstimos BEI.

Os gastos financeiros registam uma evolução média nos meses do 3º trimestre de 0,73 milhões de euros mês, o que corresponde à evolução média mensal prevista em orçamento. No entanto, a imputação de valores do 1º semestre tem uma média superior, decorrente da afetação de gastos que não têm continuidade na Tejo Atlântico, contribuindo para um acumulado que

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

3.º Trimestre 2017

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Ativos não correntes	mEur	-	-	572 096		572 096	-	534 760 ▲
Ativo intangível	mEur	-	-	469 902		469 902	-	474 259 ▼
Ativo fixo tangível	mEur	-	-	17		17	-	944 ▼
Desvios de recuperação gastos	mEur	-	-	36 726		36 726	-	33 135 ▲
Fundo reconstituição capital	mEur	-	-	11 288		11 288	-	0 =
Impostos diferidos ativos	mEur	-	-	54 163		54 163	-	19 921 ▲
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	-	-	0		0	-	6 501 ▼
Ativos correntes	mEur	-	-	119 461		119 461	-	143 425 ▼
Clientes	mEur	-	-	30 820		30 820	-	49 451 ▼
Disponibilidades	mEur	-	-	10 050		10 050	-	86 231 ▼
Outros ativos correntes	mEur	-	-	78 592		78 592	-	7 743 ▲
Total do Ativo	mEur	-	-	691 558		691 558	-	678 184 ▲
Capital Social	mEur	-	-	113 528		113 528	-	113 528 =
Ações próprias	mEur	-	-	- 6 458		- 6 458	-	0 ▼
Reservas e outros ajustamentos	mEur	-	-	0		0	-	30 750 ▼
Resultado líquido	mEur	-	-	5 417		5 417	-	8 709 ▼
Total do Capital Próprio	mEur	-	-	112 487		112 487	-	152 986 ▼
Passivos não Correntes	mEur	-	-	525 871		525 871	-	502 050 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	-	-	234 262		234 262	-	247 241 ▼
Subsídios ao investimento	mEur	-	-	137 221		137 221	-	119 184 ▲
Acrês. Custos Investim. Contratual	mEur	-	-	124 149		124 149	-	106 506 ▲
Outros passivos não correntes	mEur	-	-	30 240		30 240	-	29 119 ▲
Passivos Correntes	mEur	-	-	53 200		53 200	-	23 148 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	-	-	7 370		7 370	-	8 363 ▼
Outros passivos correntes	mEur	-	-	45 830		45 830	-	14 785 ▲
Total do Passivo	mEur	-	-	579 071		579 071	-	525 198 ▲
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	-	-	691 558		691 558	-	678 184 ▲

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Capital Empregue ¹	mEur	-	-	313 206		313 206	-	354 739
Autonomia Financeira	%	-	-	16%		16%	-	23%
Liquidez Geral	n.º	-	-	2,2		2,2	-	6,2
Solvabilidade	n.º	-	-	0,2		0,2	-	0,3
Fundo de Maneio	mEur	-	-	66 261		66 261	-	120 276
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue ¹	%	-	-	8,9%		8,9%	-	4,2%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	-	-	6,4%		6,4%	-	5,7%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	-	-	1,0%		1,0%	-	1,3%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

- O Ativo total atinge os 691,6 milhões de euros, representando o ativo intangível 470,0 milhões de euros.

A diferença do intangível para o orçamento resulta do valor bruto ter sido previsto em mais 6,9 milhões de euros, essencialmente devido à estimativa de valor residual de uma infraestrutura.

- O desvio de recuperação de gastos acumulado é de 36,7 milhões de euros. O valor do desvio considerado na abertura da Tejo Atlântico ascendeu a 43,5 milhões de euros, tendo-se registado uma redução bruta de 6,8 milhões de euros.

- A dívida de Clientes ascende a 30,8 milhões de euros dos quais 21,8 milhões de euros são relativos a clientes municipais. A transferência dos saldos de clientes no processo de cisão teve por base critérios específicos que detalhamos no ponto 3. Indicadores comerciais, Dívida Total.

- Os outros ativos correntes no total de 78,6 milhões de euros são compostos essencialmente por Outros Devedores e Credores (38,1 MEur) e Devedores por Acréscimos de Rendimentos (39,4 MEur).

- O saldo dos Devedores e Credores Diversos respeita à conta corrente da Águas do Vale do Tejo (38,0 MEur), relativa às transferências de valores entre empresas decorrentes do processo de cisão.

- O saldo de Devedores por Acréscimos de Rendimentos é relativo aos proveitos incorridos no 1º semestre de 2017 pela AVT, que serão debitados à AdTA.

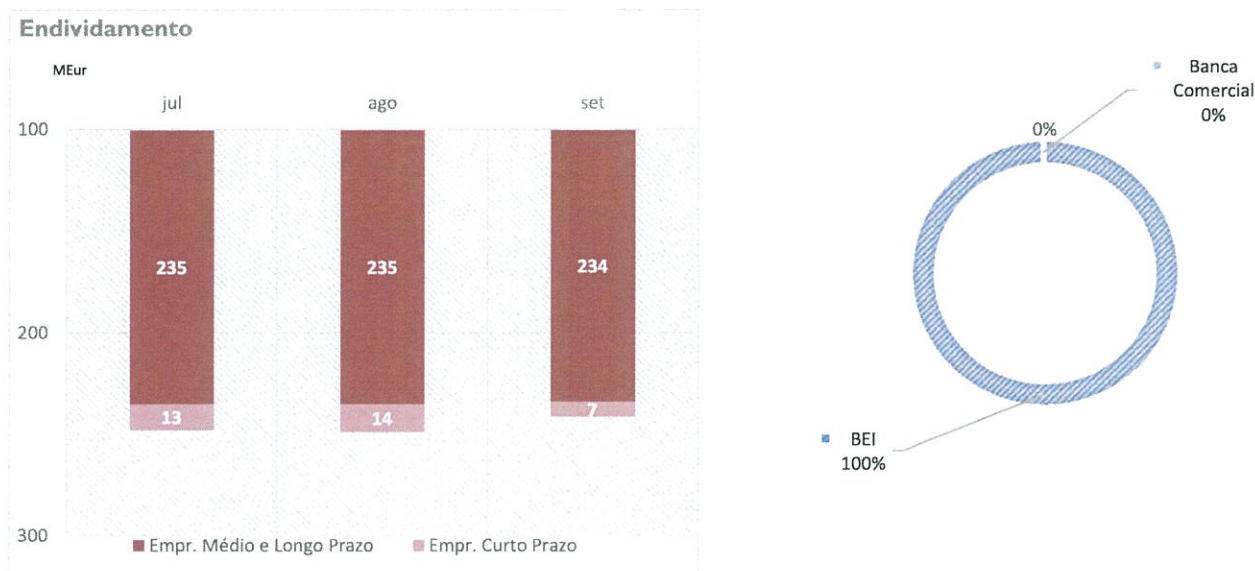
2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

3.º Trimestre 2017

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Empréstimos	mEur	-	-	241 632		241 632	-	246 250
Médio e Longo Prazo	mEur	-	-	234 262		234 262	-	237 887
BEI	mEur	-	-	235 713		235 713	-	237 887
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-	-	-1 451		-1 451	-	0
Curto Prazo	mEur	-	-	7 370		7 370	-	8 363
BEI	mEur	-	-	7 370		7 370	-	8 363

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	-	-	241 632		241 632	-	255 603
Debt to equity	%	-	-	215%		215%	-	167%
Net Debt - Endividamento líquido ¹	mEur	-	-	220 294		220 294	-	169 346
Net Debt to EBITDA ¹	n.º	-	-	5,7		5,7	-	4,2
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	-	-	n.d.		n.d.	-	0
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	-	-	n.d.		n.d.	-	66

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.



DÍVIDA FINANCEIRA 241,6 M€

- O Endividamento de 241,6 milhões de euros é integralmente suportado por financiamento do BEI. No trimestre foram amortizados 1,1 milhões de euros de dívida.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 220,3 M€

- Considerando as disponibilidades de 21,3 milhões de euros, que incluem Bancos e o Fundo de Reconstituição do Capital Social, o endividamento líquido a setembro é de 220,3 milhões de euros.

PMR e PMP

Conforme referido na introdução deste Relatório a Tejo Atlântico apenas iniciou a sua atividade de forma autónoma a 1 de julho de 2017, apesar da data de efeitos contabilísticos e fiscais retroagir a 1 de janeiro de 2017.

O apuramento dos prazos de recebimento e de pagamento para o trimestre apresenta condicionantes que os distorcem e que decorrem do processo de cisão, designadamente do reflexo contabilístico da mesma.

Em termos contabilísticos, os valores incorridos (custos e proveitos), pela Vale do Tejo, no primeiro semestre de 2017, apesar de reconhecidos, resultam do processo de migração de saldos e transações da Vale do Tejo para a Tejo Atlântico e o fluxo financeiro foi acertado por encontro de contas entre as duas empresas. Nestas circunstâncias, os registos e fluxos associados às operações correntes ao longo do ano, não estão refletidos em todas as rubricas contabilísticas necessárias à composição dos rácios do PMR e PMP, pelo que o seu apuramento não traduzirá a realidade da atividade, razão pela qual consideramos não estarem reunidas condições para o efetuar.

3. INDICADORES COMERCIAIS

3.º Trimestre 2017

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	-	-	137,5		137,5	-	192,9
Volume de atividade - saneamento	Mm ³	-	-	137,5		137,5	-	192,9
Volume de Negócios³	mEur	-	-	58 888		58 888	-	79 377
Volume negócios - saneamento	mEur	-	-	58 888		58 888	-	79 377
Dívidas de Utilizadores⁴		-	-				-	
Dívida total	mEur	-	-	21 766		21 766	-	55 951
Dívida vencida total	mEur	-	-	6 501		6 501	-	n.d.
Acordos de pagamento	mEur	-	-	0		0	-	n.d.
Injunções	mEur	-	-	1 845		1 845	-	n.d.

³ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

⁴ Respeita apenas a clientes Municipais.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	0	0	137 253		137 253	-	192 900
Sistema Oeste	mm ³	-	-	15 900		15 900	-	22 859
Sistema Costa do Estoril	mm ³	-	-	44 482		44 482	-	62 414
Sistema Tejo e Trancão	mm ³	-	-	76 871		76 871	-	107 627
Total de efluentes faturados Outros	mm³	-	-	227		227	-	-
TOTAL	mm³	-	-	137 481		137 481	-	192 900

Dívidas de Utilizadores *	mEur	2017						
		Div. Total	Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total		21 766	6 501	19 198	0	1 845	723	0

* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES

21,8 M€

- A Dívida total dos utilizadores Municipais ascende a 21,8 milhões de euros, dos quais 6,5 milhões de euros são dívida vencida.

A situação das dívidas reportada abrange a situação da faturação emitida pela Tejo Atlântico desde julho de 2017, acrescida dos saldos em aberto dos clientes provenientes do Sistema da Costa do Estoril (ex-SANEST) e do Sistema do Tejo e Trancão (ex-SIMTEJO).

No caso do Sistema do Oeste, da ex-Águas do Oeste, em que a maioria dos clientes é simultaneamente cliente de abastecimento e de saneamento, todos os documentos em aberto à data da cisão foram mantidos na Vale do Tejo, pois o cliente mantém-se nas duas empresas. Este critério foi adotado para simplificar a gestão da conta corrente de cada cliente nestas circunstâncias, aguardando-se parecer sobre a sua aplicação.

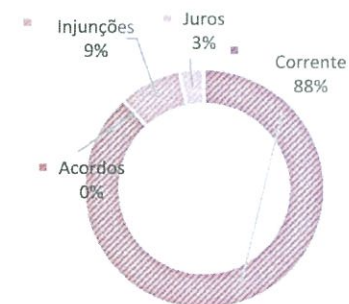
Na transição, os saldos relativos à atividade de saneamento são reconhecidos na Tejo Atlântico numa conta a receber da Vale do Tejo.

ATIVIDADE

137,5 Mm³

- O caudal de água residual faturado foi de 137,5 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

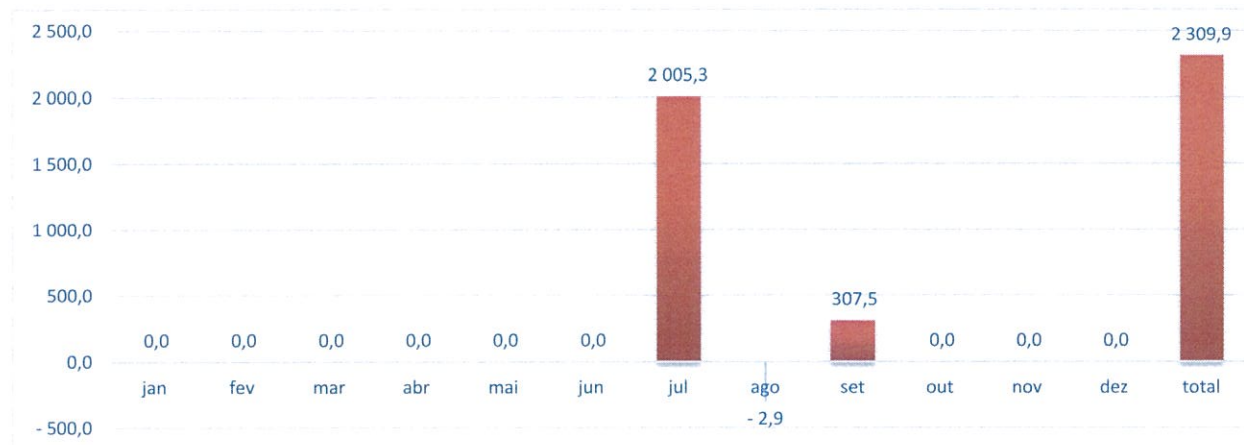
Considerando o volume de negócios de 61 milhões de euros (sem o efeito do crédito dos mínimos), apura-se uma tarifa média de 0,4436 €/m³.



4. INVESTIMENTOS

3.º Trimestre 2017

Investimento	mEur	Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Investimento	mEur	-	-	2 310		2 310	-	16 861
Saneamento	mEur	-	-	2 287		2 287	-	16 861
Estrutura	mEur	-	-	23		23	-	



INVESTIMENTO

3,2 M€

- A realização de investimento é substancialmente reduzida face ao orçamentado, verificando-se que a julho a é relativa aos valores da cisão, migrados da Vale do Tejo.

Em termos de obras em curso destaca-se a evolução no trimestre, da Reabilitação do Emissário da Castelhana, da Reabilitação da Estação Elevatória da Póvoa de Santa Iria e da Medição de Caudal do Sistema da Costa do Estoril.

A situação resulta do facto de este ser o primeiro ano da Empresa, prevendo-se até dezembro uma evolução favorável, à medida que forem sendo concretizadas as contratações e consignações em curso.



 8/8

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2017 DA
ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A**

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal da Águas do Tejo e Atlântico, S.A (AdTA), apresenta o seu Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao terceiro trimestre de 2017 (doravante designado por RTEO), com base no Relatório de Execução Orçamental do terceiro trimestre de 2017 (doravante designado por REO) apresentado pelo Conselho de Administração datado de 16 de março de 2018, o qual resumidamente compreende os seguintes desvios de informação financeira relativos à Demonstração da Posição Financeira e da Demonstração de Resultados:

Em mEuros

Demonstração da Posição financeira	Real a 30 de setembro de 2017 (9 meses)	PAO 2017_1ª Versão (12 meses)	Desvio absoluto
Ativo não corrente	572 096	534 760	37 336
Ativo corrente	119 461	143 425	(23 964)
Total do ativo	691 557	678 185	13 372
Capitais próprios	112 487	152 986	(40 499)
Total do passivo	579 070	525 199	53 871
Total dos capitais próprios e passivo	691 557	678 185	13 372

Em mEuros

Demonstração de resultados	Real a 30 de setembro de 2017 (9 meses)	PAO 2017_1ª Versão (12 meses)	Desvio absoluto
Volume de negócios	58 049	84 054	(26 005)
Margem Bruta	50 214	80 083	(29 869)
Resultados operacionais	14 120	19 506	(5 386)
Resultados financeiros	(6 696)	(7 882)	1 186
Impostos	(2 007)	(2 915)	908
Resultado líquido do exercício	5 417	8 709	(3 292)

AT

4.

RESPONSABILIDADES

2. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.ºs 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial ("RJSPE"), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas a preparação dos RTEO por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental da Empresa, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
3. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no RTEO e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do terceiro trimestre de 2017, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto com a Administração e seus Serviços e (iv) análise do teor do parecer emitido pelo do Revisor Oficial e Contas da AdTA em 27 março de 2018.


CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2017

4. Tendo em consideração o conteúdo das notas 4.1 a 4.5 abaixo, e considerando as análises apresentadas pelo Conselho de Administração, relativamente aos desvios identificados, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira referente ao período findo em 30 de setembro de 2017 da AdTA, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data:
 - 4.1 Os valores do PAO 2017 incluídos no RTEO do 3ºT de 2017 são as constantes da primeira versão aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de julho de 2017 (e foram elaborados com base no EVEF, o qual inclui métricas e valores desajustados da atual realidade da AdTA), pelo que não contemplam as alterações introduzidas na segunda versão do PAO 2017 aprovado pelo Conselho Administração em 29 de dezembro de 2017, após o pedido de revisão por parte da UTAM, através da sua Informação 53/2017 de 29 de agosto. Refira-se que a segunda versão do PAO 2017 ainda não se encontra aprovado pela Tutela.




- 4.2 Os valores apresentados na informação financeira, nomeadamente, a Demonstração da Posição Financeira e na Demonstração de Resultados, compreendem os valores reais da AdTA à data de 30 de setembro de 2017 (9 meses), os quais comparam com a primeira versão do PAO 2017 anual (12 meses), pelo que, os desvios apresentados no parágrafo 1 acima, não são determinados tendo por base o mesmo período de análise, pese embora no corpo do RTEO o Conselho de Administração tenha tido a preocupação, na parte da demonstração de resultados, em efetuar comparações referentes ao mesmo período (9 meses) recorrendo a 9/12 avos da primeira versão anual do PAO 2017.
- 4.3 A prestação de serviços real de saneamento, à data de 30 de setembro de 2017, apresenta-se de alguma forma estável, comparativamente com o orçamento numa base proporcional. Contudo, o valor real encontra-se afetado de forma negativa por uma “correção de períodos anteriores” no montante de 2.1 milhões de euros.
- 4.4 Em face do período de 2017 constituir o primeiro ano de atividade da AdTA, e a gestão da Empresa ter iniciado pelo Conselho de Administração somente a partir de 1 de julho de 2017 (pois entre 1 de janeiro de 2017 e 30 de junho de 2017 a gestão e os dados contabilísticos foram da responsabilidade da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A), os indicadores de cumprimento legal, tais como, prazos médios de recebimentos e pagamentos não foram apurados, pois não traduziriam a realidade da atividade.
- 4.5 Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva da AdTA submeteu à entidade reguladora ERSAR no dia 31 de janeiro de 2018, para aprovação, o valor do “Desvio de Recuperação de Gastos” (superavit) inscrito nas demonstrações financeiras referentes ao período de 2017, sendo que, no dia 9 de fevereiro de 2018 foi submetida uma segunda versão em consequência de alterações verificadas nas demonstrações financeiras. Em 28 de fevereiro de 2018 a ERSAR pronunciou-se sobre o superavit apresentado pela AdTA, com reservas (correções), as quais em 14 de março de 2018, foram sujeitas a um contraditório, pelo que o valor real apresentado no RTEO do 3ºI de 2017, nomeadamente, quanto a este item, poderá vir a ser alterado. Tanto quanto sabemos, o acerto final do “Desvio de Recuperação de Gastos” (superavit), que resulte do contraditório ao relatório da ERSAR refletir-se-á somente nas demonstrações financeiras do período de 2018.

Lisboa, 29 de março de 2018


António José de Sousa Resende
(Presidente)


Maria do Carmo Reis Silva Alencas (Vogal)
(Vogal)


Carlos Manuel Figueiredo
(Vogal)

Parecer do Revisor Oficial de Contas relativo à execução orçamental no terceiro trimestre de 2017

Ao Conselho de Administração de
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Introdução

Procedemos à revisão da informação financeira, incluída em Anexo, relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada pela Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por Tejo Atlântico) de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidade do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação; (ii) o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas; e (iii) a preparação e submissão oportuna da informação requerida pela legislação aplicável.

Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Tejo Atlântico e emitir o presente relatório que descreve o trabalho efetuado, bem como as eventuais situações relevantes detetadas.

Âmbito

O nosso trabalho foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Auditoria sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE 3000). Para tal executámos os seguintes procedimentos sobre as demonstrações financeiras:

- a. Acompanhamento da atividade da Tejo Atlântico através de:
 - Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Tejo Atlântico e leitura de atas, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consulta dos balancetes e restante informação financeira relativos ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017; e
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de nove meses findo a 30 de setembro de 2017.
- b. Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, no que se refere aos seguintes aspetos:
 - Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo n.º 14 do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e especificados no Despacho n.º 14277/2008, de 14 de maio do Ministro de Estado e das Finanças;
 - Política de ajustamento do quadro de pessoal previsto no artigo 43 da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e no artigo 123 do Decreto-Lei n.º 25/2017;
 - Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no n.º 1 do artigo 124 do Decreto-Lei n.º 25/2017;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro;
 - Princípios de Bom Governo fixados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março; e
 - Unidade de Tesouraria no cumprimento do previsto no artigo n.º 86 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e no despacho n.º 38/17 - SEATF, de 16 de janeiro.
- c. Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Empresa e das comunicações / inspeções fiscais.

O trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Tejo Atlântico. Consequentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de auditoria.

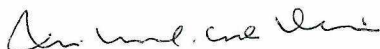
Conclusão

Entendemos realçar as seguintes situações:

- I. Os montantes relativos a vendas e prestação de serviços, no montante total de 58.888 milhares de euros a 30 de setembro de 2017, apresentam uma execução ligeiramente abaixo do orçamento numa base proporcional (desvio de 644 milhares de euros), estando o real afetado negativamente pela emissão de notas de crédito para correção de valores mínimos faturados em exercícios anteriores;
- II. Os valores apresentados no Relatório de Execução Trimestral relativamente ao Orçamento correspondem ao Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017 aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de julho de 2017, correspondendo a uma transposição do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro da Águas do Tejo Atlântico, S.A. e encontrando-se desajustados da atual realidade da Tejo Atlântico. A 29 de dezembro de 2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração um novo Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017, o qual ainda não se encontra aprovado pela tutela. Neste sentido, não efetuámos análise detalhada às variações ocorridas entre o real e o orçamento para além das vendas e prestação de serviços;
- III. No que concerne aos gastos operacionais, que totalizam 44.952 milhares de euros a 30 de setembro de 2017, apresentam uma execução abaixo do orçamento numa base proporcional de 13% (6.521 milhares de euros). A principal variação ocorre ao nível dos fornecimentos e serviços externos, que apresenta um desvio favorável face ao orçamento numa base proporcional de 6.448 milhares de euros. Os valores de orçamento apresentados no Relatório de Execução Trimestral reportam-se ao Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Tejo Atlântico, os quais não se encontram devidamente ajustados à atual realidade da empresa; e
- IV. A Águas do Tejo Atlântico, S.A. foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, tendo sido estabelecido que a data de efeitos contabilísticos e fiscais retroage a 1 de janeiro de 2017. Pelo facto de durante o primeiro semestre de 2017 a atividade da Tejo Atlântico ter sido da responsabilidade da Águas do Vale do Tejo, S.A. e o Conselho de Administração da Tejo Atlântico apenas ter iniciado a gestão da Entidade a partir de 1 de julho de 2017, alguns indicadores, tais como prazo médio de recebimentos e de pagamentos não foram apurados.

Porto, 27 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Anexo I - Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2017

Demonstração da posição financeira		30.09.2017
Ativos não correntes	mEur	572.096
Ativo intangível	mEur	469.902
Ativo fixo tangível	mEur	17
Desvios de recuperação de gastos	mEur	36.726
Fundo reconstituição capital	mEur	11.288
Impostos diferidos ativos	mEur	54.163
Ativos Correntes	mEur	119.461
Clientes	mEur	30.820
Disponibilidades	mEur	10.050
Outros ativos correntes	mEur	78.592
Ativo Total	mEur	691.558
Capital social	mEur	113.528
Ações próprias	mEur	(6.458)
Resultados transitados e reservas	mEur	0
Resultado líquido	mEur	5.417
Capital Próprio	mEur	112.487
Passivos não correntes	mEur	525.871
Financiamentos obtidos	mEur	234.262
Subsídios ao investimento	mEur	137.221
Acréscimo de custos de investimento contratual	mEur	124.149
Outros passivos não correntes	mEur	30.240
Passivos correntes	mEur	53.200
Financiamentos obtidos	mEur	7.370
Outros passivos correntes	mEur	45.830
Passivo Total	mEur	579.071
Capital Próprio e Passivo Total	mEur	691.558

Demonstração dos resultados		30.09.2017
Venda de água	mEur	28
Prestação de serviços	mEur	58.888
Rédito da construção (IFRIC12)	mEur	5.928
Desvio de recuperação de gastos	mEur	(6.794)
Volume de Negócios	mEur	58.049
Custo das vendas / variação de inventário	mEur	(7.835)
Margem Bruta	mEur	50.214
Fornecimentos e serviços externos	mEur	(19.582)
Gastos com pessoal	mEur	(8.000)
Amortizações, provisões e perdas imparidade	mEur	(15.036)
Provisões e perdas por imparidade	mEur	(4)
Outros gastos e perdas operacionais	mEur	(423)
Subsídios ao investimento	mEur	6.869
Outros rendimentos e ganhos operacionais	mEur	74
Resultados operacionais	mEur	14.120
Gastos financeiros	mEur	(7.603)
Rendimentos financeiros	mEur	907
Resultados financeiros	mEur	(6.696)
Resultados antes de impostos	mEur	7.424
Imposto sobre o rendimento	mEur	(2.007)
Resultado líquido do Exercício	mEur	5.417